


FEMINISMO: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO – “NÃO” AO SISTEMA VIGENTE!

FEMINISM: HISTORY AND EDUCATION – “NO” TO THE CURRENT SYSTEM!

FEMINISMO: HISTORIA Y EDUCACIÓN – ¡“NO” AL SISTEMA ACTUAL!

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-222>

Data de submissão: 17/06/2025

Data de publicação: 17/07/2025

Veleda Maria Dobke

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: veledadobke54@gmail.com

Gabriela de Abreu Oliveira

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: gabi.administracao@gmail.com

Márcia Adriana Rosmann

Doutoranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: marcia.rosmann@iffarroupilha.edu.br

Sérgio Trombetta

Doutorando em Educação

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: sergiotrombetta02@gmail.com

Jaime José Zitkoski

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: jaime.jose@ufrgs.br

RESUMO

Este artigo objetiva fomentar o debate sobre o feminismo, considerando a atualidade: tempos difíceis, mas de luta incessante das mulheres, as quais, historicamente, foram marcadas por uma avalanche de exclusão, dificuldades e desafios intensos. Vivemos uma época assinalada pelo sistema neoliberal capitalista e que muitas vezes assevera ainda mais as condições de igualdade de gênero em todos os aspectos e sentidos. Desse modo, por meio de pesquisa bibliográfica, na perspectiva hermenêutica-dialética, abordamos a trajetória antológica do feminismo no Brasil, sobretudo no que tange a busca da igualdade de gênero; o feminismo no espaço-tempo neoliberal, denúncias de um sistema opressor; na educação escolar, o feminismo como um diálogo necessário; e por fim, anúncios que surgem das lutas históricas das feministas brasileiras e apoiadores.

Palavras-chave: Mulheres. Luta. Educação.

ABSTRACT

This article aims to foster debate on feminism, considering the current situation: difficult times, but times of incessant struggle for women, which have historically been marked by an avalanche of exclusion, difficulties, and intense challenges. We live in an era marked by the neoliberal capitalist system, which often further asserts the conditions of gender equality in all aspects and senses. Thus, through bibliographic research, from a hermeneutic-dialectical perspective, we address the anthological trajectory of feminism in Brazil, especially regarding the pursuit of gender equality; feminism in the neoliberal space-time, denunciations of an oppressive system; in school education, feminism as a necessary dialogue; and finally, announcements emerging from the historical struggles of Brazilian feminists and their supporters.

Keywords: Women. Struggle. Education.

RESUMEN

Este artículo pretende incentivar el debate sobre el feminismo, considerando la situación actual: tiempos difíciles, pero de lucha incesante para las mujeres, que, históricamente, han estado marcados por una avalancha de exclusión, dificultades e intensos desafíos. Vivimos en una época marcada por el sistema capitalista neoliberal y que muchas veces afirma aún más las condiciones de igualdad de género en todos los aspectos y sentidos. Así, a través de una investigación bibliográfica, desde una perspectiva hermenéutico-dialéctica, abordamos la trayectoria antológica del feminismo en Brasil, especialmente en lo que respecta a la búsqueda de la igualdad de género; feminismo en el espacio-tiempo neoliberal, denuncias de un sistema opresivo; en la educación escolar, el feminismo como diálogo necesario; y finalmente, anuncios que surgen de las luchas históricas de feministas y simpatizantes brasileñas.

Palabras clave: Mujeres. Luchar. Educación.

1 PALAVRAS INICIAIS: O DEBATE FEMINISTA EM TEMPOS DIFÍCEIS

A história do feminismo brasileiro, mesmo contado sucintamente, mostra que muitas demandas feministas foram atendidas e a presença das mulheres na construção social da atualidade é uma realidade, mas, mesmo diante de tantas conquistas nos mais variados campos, a luta feminina precisa continuar para manter as conquistas e para novas demandas, porque persistem nichos patriarcais de resistência aos avanços democráticos, em especial à igualdade de gênero.

As democracias estão, não só no Brasil, atravessando período de crise intensa, caracterizada pela ascensão da extrema-direita, pela erosão dos espaços e discursos democráticos e pela consolidação de retrocessos no que diz respeito a liberdades conquistados por populações subalternizadas, dentre as quais estão as mulheres. No contexto brasileiro, observou-se um expressivo retrocesso no cenário global, caracterizado, sobretudo, pela ascensão de um bloco político de extrema-direita com a eleição de Jair Bolsonaro. Esse fenômeno resultou na consolidação de políticas, discursos e práticas antidemocráticas, que passaram a ser naturalizados como elementos constitutivos da normalidade democrática (Hunter; Power, 2019; Miguel, 2021). Nesse sentido, houve desmonte e reconfiguração da ação governamental, visando a redução, a diminuição ou a remoção de políticas públicas (Gomide; Silva; Leopoldi, 2023), deixando ao governo Lula a tarefa de reconstruir o país a partir de 2023, resgatando as políticas públicas para as mulheres de forma urgente.

O relatório das principais ações de 2023, elaborado pelo Ministério das Mulheres do atual governo, evidencia a urgência de reconstruir as políticas e estruturas que foram sistematicamente desmanteladas e negligenciadas durante o governo de Jair Bolsonaro, especialmente no que concerne às liberdades e direitos conquistados por populações subalternizadas, entre as quais se destacam as pautas relacionadas às mulheres. A promulgação da Lei n. 14.786/23, que estabelece protocolos de prevenção e atendimento a casos de violência contra a mulher, com ênfase em locais de entretenimento, e da Lei n. 14.717/23, que institui a pensão especial para filhos dependentes, crianças ou adolescentes, órfãos em decorrência de feminicídio, reflete o compromisso do governo atual com a proteção dos direitos das mulheres e com o enfrentamento à violência de gênero. Tais medidas representam um esforço significativo para reverter os retrocessos anteriores e reafirmar a importância de políticas públicas voltadas à equidade e à justiça social.

A história é feita de avanços e retrocessos, por isso é preciso cuidado, persistência e resistência quando nosso desejo é de emancipação feminina. Seguir sempre, mesmo que lentamente por vezes, “anunciando e denunciando”, com o desejo que os homens resistentes à emancipação feminina tomem consciência que “o ser mais” é um direito de todos e a paz só poderá vir quando todos forem reconhecidos como seres humanos iguais com os mesmos direitos e deveres.

As mulheres precisam refletir sobre o fato de que, à medida que avançam na conquista de seus direitos, à medida que se emancipam e se conduzem em direção aos espaços de poder ocupados pelos homens, maior será a violência contra elas praticada – com ênfase na violência física e sexual, daí advindo a conclusão da necessidade de políticas públicas que visam proteger e auxiliar as mulheres na manutenção de seus direitos. As mulheres precisam, assim como as primeiras feministas, ver na educação libertadora a grande ferramenta para avançar nas conquistas emancipatórias.

Algumas questões crítico-reflexivas emergem ao debater a educação da mulher em suas múltiplas dimensões – como “mulher-mãe”, “mulher-trabalhadora” e “mulher-cuidadora”: Qual é o suporte oferecido pelo sistema neoliberal a essas mulheres? É evidente que, quanto maior o nível de educação, melhores são as condições de vida da mulher e de seus dependentes. No entanto, para alcançar esse objetivo, é imprescindível construir uma educação que considere as questões de gênero feminino e as condições específicas das mulheres. O pensamento de Nísia Floresta, por exemplo, estabelece um diálogo com a pedagogia freireana ao compreender a educação como um instrumento de transformação e melhoria das condições de vida das mulheres, entendendo-a como uma prática de liberdade. A equidade de gênero deve ser pensada a partir da vocação ontológica do ser, do “ser mais” das mulheres historicamente situadas, que lutam cotidianamente por direitos, igualdade de condições e respeito às suas especificidades. Essa perspectiva reforça a necessidade de uma educação emancipatória, que reconheça e valorize as trajetórias e demandas das mulheres em sua diversidade.

É sabido que o feminismo, como movimento social e político de luta das mulheres, sempre enfrentou desafios significativos, especialmente em contextos socioculturais e econômicos adversos. Nos tempos atuais, caracterizados pela ascensão de ideologias neoliberais e de extrema-direita, o debate feminista se torna ainda mais crucial. A luta por igualdade de gênero enfrenta não apenas a resistência histórico-cultural, mas também as repercussões de políticas que frequentemente marginalizam vozes femininas e deslegitimam suas reivindicações. O futuro do feminismo está em constante transformação. À medida que novas questões emergem – como a interseccionalidade, os direitos reprodutivos e a luta contra a violência – é vital que o movimento continue a se adaptar e evoluir.

Embora este artigo trata do feminismo em geral, vale ressaltar que a união entre diferentes vertentes do feminismo, que respeitam e valorizam suas particularidades – os feminismos (negro, indígena, etc.), é essencial para gerar um impacto social significativo à resistência e à solidariedade entre as mulheres, o que sustentará essa luta em tempos difíceis. O chamado é para que continuemos a lutar por um mundo onde a igualdade de gênero não seja apenas um ideal, mas uma realidade concreta para todas as mulheres. Refletir sobre esses aspectos é um passo crucial para construir uma educação

que realmente atenda às necessidades de todas as pessoas, em especial das mulheres, respeitando suas singularidades e promovendo a justiça histórica, social, cultural e econômica.

2 FEMINISMO: UMA TRAJETÓRIA ANTOLÓGICA EM BUSCA DA IGUALDADE DE GÊNERO

A ignorância de nossas mulheres poderá ser um dia substituída por conhecimentos que as tornem dignas de renome. [...] Nada por certo é mais prejudicial à educação das filhas do que as repetições dessas cenas domésticas, naturais ou artificialmente representadas pelas mães [...]. (Nísia Floresta, 1989)

O feminismo, para ser bem compreendido, deve ser tomado em um sentido amplo, como toda ação, individual ou coletiva, que denote indignação contra a dominação e a discriminação da mulher ou que objetive a ampliação de seus direitos - civis ou políticos, pois só assim será possível valorizar os momentos iniciais dessa luta, homenageando as nossas primeiras feministas, que se opuseram aos mais primários preconceitos, arcando com as críticas e discriminações mais severas. Entender o feminismo apenas como movimento articulado de mulheres não permitiria o reconhecimento de nossas feministas pioneiras (Duarte, 2019).

Assim, para revisitar o processo histórico do movimento de mulheres no Brasil, é imprescindível, em primeiro lugar, que lembremos de Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885), que nasceu no Rio Grande do Norte, em Papari, hoje município que tem o seu nome. Nísia antecipou em muito as lutas das mulheres no Brasil; foi ativista dos direitos humanos das mulheres, educadora e escritora feminista. Escreveu sobre a condição das mulheres brasileiras da sua época com atenção especial à educação e ao papel que desempenhavam, afirmando que o progresso de uma sociedade dependia da educação que era oferecida às meninas. Lutava pela construção de reformas, buscando uma educação com as mesmas oportunidades dadas aos homens e que fosse, também, melhor para todos, mas em especial para as meninas. Nísia, mulher à frente de seu tempo, que criou duas escolas no Brasil e fez oposição à mercantilização do ensino, acreditava que a condição de vida das mulheres poderia melhorar se tivessem elas possibilidade de estudar (Rosa, 2010).

O pensamento de Nísia Floresta, desenvolvido no século XIX, inicia a história da luta das mulheres brasileiras com a primeira reivindicação - garantir o direito básico de aprender a ler e a escrever, o que era reservado apenas ao sexo masculino. A abertura de escolas públicas femininas ocorreu apenas em 1827, até então a educação das meninas, que se restringia às prendas domésticas, ocorria em poucos conventos, onde eram preparadas e “guardadas” para o casamento, em raras escolas particulares, nas casas das professoras ou com ensino individualizado. Foi neste contexto de discriminação e injustiça que Nísia Floresta identifica, na herança cultural portuguesa, a origem do

preconceito em relação às mulheres, ridicularizando a ideia dominante da superioridade masculina; argumentava também que a inferioridade imputada às mulheres tinha origem na falta de educação e circunstâncias que disso advinha, antecipando a noção de gênero como uma construção sociocultural; afirmava que os homens se beneficiavam com a opressão feminina e que somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência da situação de submissão que as inferiorizam (Duarte, 2019).

Então, à época em que Nísia Floresta, de forma pioneira, iniciou a luta feminista, traduzindo a cultura das novas ideias que trouxe da Europa para o contexto feminino do nosso país, eram poucas as mulheres brasileiras “educadas”, menos ainda eram as escritoras. Faziam parte da exceção uma mineira - Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860) e duas gaúchas - Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857).

Em meados do mesmo século, começaram a surgir outros nomes femininos que dirigiam jornais artesanais, sempre criticados como imprensa inconsistente e supérflua, já que se destinavam às mulheres, mas que muito contribuíram para a construção da identidade feminina. Mas foi, apenas por volta de 1870, o segundo momento de ouro de expressão de mulheres brasileiras, com a ampliação do pensamento sobre a educação das mulheres e com a nova reivindicação pelo voto das mulheres.

Nessa década, houve um aumento considerável do número de jornais e revistas de feição nitidamente feministas em muitos pontos do país, em especial no Rio de Janeiro. Entre os periódicos, destacou-se *O Sexo Feminino*, dirigido pela educadora, jornalista e escritora Francisca Senhorinha da Mota Diniz (1834-1910) que alertava ser “o grande inimigo” das mulheres a “ignorância de seus direitos, o que a “ciência dos homens” se dedicava a manter; defendia o direito das mulheres ao estudo secundário e ao trabalho, denunciado a educação mesquinha oferecida às meninas.

Outros jornais feministas destacaram-se na década de 1870: *Echo das Damas*, editado por Amélia Carolina da Silva Couto, que defendia a igualdade e o direito da mulher à educação e divulgava as realizações das feministas em outros países; *O Domingo* e o *Jornal das Damas*, também chamavam a atenção sobre a necessidade de ensino adequado e trabalho remunerado para as mulheres, além de tratar de temas variados, mas divulgando sempre a nova ideia de que uma das causas da submissão das mulheres era a dependência econômica e de que o progresso do país dependia também da educação das mulheres.

Uma jornalista de destaque foi Josefina Álvares de Azevedo (1851-1905), que questionou a construção ideológica do gênero feminino com maior ênfase no jornal *A Família* sob sua direção, sempre trazendo o tema da emancipação feminina à tona, denunciando a opressão masculina, protestando pela insensibilidade masculina por não reconhecer os direitos das mulheres e incentivando

todas a se juntarem para entrar em ação. Em 1878, Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913) conseguiu encenar, no Rio de Janeiro, a peça *O voto feminino*, publicada em livro posteriormente, o que a transformou na precursora na defesa ao direito do voto e à cidadania no país.

Em outras regiões também tiveram publicações importantes, dentre elas “O Corimbo”, jornal que teve vida longa em Porto Alegre, sob a direção das Irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, com publicações de várias gerações de escritores e escritoras, com apelos a favor do voto, da educação superior e da profissionalização feminina e insistência na mobilização das mulheres e na divulgação dos avanços de outros países. “A Mensageira”, revista editada em São Paulo, em 1897, dirigida por Presciliana Duarte de Almeida, também teve importante contribuição para a luta feminina, tanto pela difusão do feminismo como pela defesa da educação superior da mulher. Dessa mesma época, são as primeiras notícias de brasileiras frequentando cursos superiores no exterior e no nosso país.

A cada mulher diplomada, os jornais e revistas feministas expressavam homenagens pela vitória incontestável às vencedoras, já que o contexto nacional era muito adverso, mas, na contramão dos avanços feministas, a imprensa masculina se encarregava de ridicularizar “as doutoras”, insistindo que seria impossível conciliar a profissão com a vida familiar relativamente ao casamento e criação dos filhos. A resistência masculina à profissionalização das mulheres de classe alta e média se mantinha. Apenas as moças pobres tinham “licença” para trabalhar nas fábricas e na prestação dos serviços domésticos. Mas, a imprensa feminina, movida pela mesma força e idealismo feminista, concretizou-se como um instrumento indispensável para a conscientização feminina, criando uma rede de apoio e de intercâmbio intelectual entre as mulheres (Duarte, 2019).

No início do século XX, depois de tantos desafios, a luta feminista chega ao seu terceiro grande momento, marcado por uma movimentação inédita de mulheres já organizadas, que continuavam a protestar por educação, ao curso superior inclusive, pelo direito ao voto e pela ampliação do mercado de trabalho. Muitos nomes se destacaram na terceira fase áurea, merecendo menção a mineira Maria Lacerda de Moura (1887- 1945), que, desde jovem foi apresentada, por seu pai, à filosofia e interessou-se pelo pensamento social e pelas ideias anticlericais.

Seu pensamento teve influência em Francisco Ferrer, anarquista catalão, que contribuiu com o projeto libertário; ela foi muito atuante no cenário político, debatendo com vários segmentos importantes do nosso país à época, denunciando que a educação das mulheres era inadequada, levando-as à submissão da mulher como mãe e dona de casa; defendia que os meios para transformar a sociedade provinham da pedagogia, entendia a educação como uma força revolucionária e que deveria se estender aos homens para ensiná-los quanto aos deveres do lar e também para eles serem úteis à

coletividade. Maria Lacerda tinha como certo que sua missão era ser educadora; protestava pelo direito à educação científica igual aos homens.

Maria Lacerda ganhou destaque, igualmente, por sua luta contra o fascismo e por ser antimilitarismo, o que a tornou conhecida também no Uruguai e Argentina. Embora tenha, inicialmente, participado da luta pelo voto feminino, junto com Bertha Lutz, outra feminista importante da época, afastou-se dela por entender que a conquista dos direitos políticos serviria apenas a uma elite feminina e não a todas as mulheres da época. Maria Lacerda defendia a maternidade consciente, a independência financeira e era contrária ao amor único, entendia que essas situações favoreciam a emancipação da mulher, o que poderia ser alcançada com uma educação dirigida ao bem-estar individual e coletivo e não com qualquer educação; alegava que o desejo de igualdade de direitos era a força motriz para a mudança social e que as mulheres não podiam ficar relegadas ao ostracismo, o que era prejudicial ao aprendizado pedagógico para construção de um espírito combativo necessário para chegar à igualdade de gênero.

Uma das grandes defesas de Maria Lacerda, quando participou da Fundação da Federação Internacional Feminina era a inclusão no currículo das escolas femininas a disciplina “História da Mulher, sua evolução e missão social”, o que constou no estatuto da instituição, cuja elaboração estava a seu cargo. Suas afirmações eram bombásticas, pois ela era liberta de preconceitos religiosos e sociais. Considerada uma das pioneiras do feminino no Brasil e uma das poucas envolvidas com o movimento operário e sindical. Maria Lacerda, a partir de 1928, publicou ativamente no jornal *O Combate*; foi conferencista no Brasil, Uruguai e Argentina e publicou diversos livros, dentre eles *Em torno da Educação* (1918), *Renovação* (1919), *A mulher é degenerada?* (1924), *Lições de pedagogia* (1925), *Religião do amor e da beleza* (1926), *Clero e Estado* (1921), *Amai e não vos multipliqueis* (1937), *Han Ryner e o amor no plural: a pobreza do amor único* (1933), *Serviço militar obrigatório para mulher? Recuso-me! Denuncio!* (1937). Embora a riqueza da produção intelectual de Maria Lacerda, como era de se esperar, ela recebeu inúmeras críticas, tendo seu trabalho sido tachado de blasfêmias. (Eggert; Pacheco, 2010).

Nesse terceiro momento, em que se destacou Maria Lacerda, outras feministas foram atuantes e contribuíram grandemente para a concretização da cidadania feminina. Bertha Lutz (1894-1976), paulista, educada na Europa, formada em biologia pela Sorbonne, foi uma dessas lideranças expressivas, lutando pelo voto feminino e pelas igualdades de direitos entre homens e mulheres; Bertha foi atuante na política, foi incansável nos discursos e nas audiências com parlamentares, publicou textos importantes na *Revista da Semana*, em 1918, denunciando a opressão das mulheres; fundou,

com outras companheiras, a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* para unir todos os esforços isolados, o que se concretizou tendo a federação resistido por 50 anos.

As primeiras décadas do século XX, então, foram marcadas por um feminismo burguês, que ocupou a grande imprensa com suas reivindicações, em especial do voto feminino, e também por nomes que se vinculavam ao movimento anarcofeminista, que desejava a emancipação das mulheres em diferentes aspectos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária. Além de Maria Lacerda e Bertha, destacam-se neste terceiro momento do feminismo, a partir da década de 1990: Leolinda Daltro, que fazia parte de um grupo de mulheres que ocuparam o espaço público e, após passeatas marcantes e muita pressão junto aos políticos, conseguiu o primeiro projeto de lei em favor do sufrágio feminino. Tal feito repercutiu negativamente junto aos antifeministas do senado, da câmara e da imprensa, ao ponto de todos se unirem em uma campanha de ridicularização das mulheres e dos poucos homens que a apoiava, usando os velhos argumentos de que os deveres das mulheres com a família eram incompatíveis com a participação delas na esfera pública.

Outra personagem importante foi Ercília Nogueira Cobra (1891-1938) que lançou seu livro *Virgindade inútil: novela de uma revoltada*, em 1932, que iniciou a discussão sobre a exploração sexual e trabalhista da mulher, obra provocadora de grande debate e muita crítica. Ercília publicou outras obras sobre o mesmo tema, nos anos seguintes, sendo detida várias vezes e presa pelo Estado Novo por suas ideias. Importante também, embora de outra natureza, a produção de Diva Nolf Nazário, acadêmica de direito e secretária da Aliança Paulista pelo Sufrágio Feminino, que lançou em 1932 o livro *Voto feminino e feminismo*, no qual reproduziu inúmeros artigos sobre o tema que já haviam sido publicados na imprensa, mas com comentários pertinentes em cada um deles, possibilitando o conhecimento dos diversos posicionamentos que circulavam à época sobre o tema.

E foi assim, com muita luta de nossas primeiras feministas que, em 1927, o Governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, aprova uma lei dando voto às mulheres, antecipando-se à União. Imediatamente, as feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em todos os estados onde tinham representação, fizeram uso da tribuna para exigir o mesmo direito concedido por Lamartine. Também é lançado o “Manifesto Feminista” ou de “Declaração dos Direitos da Mulher”, Bertha Lutz, Jerônima Mesquita e Maria Eugênia Celso, dentre outras mulheres de famílias políticas, como a esposa do vice-presidente da República, Clotilde de Mello Vianna.

Todavia, embora todo o esforço, a realidade do voto feminino só ocorreu em 1932, quando o Presidente Getúlio sancionou o novo Código Eleitoral com o direito de voto às mulheres, o que durou pouco, no entanto, pois o presidente suspendeu as eleições e as mulheres só exerceram o tão esperado direito apenas em 1945. Neste ínterim, entre a decisão do Governador Lamartine e a decisão do

Presidente Getúlio quanto ao voto feminino, a terra de Nísia Floresta mais uma vez se destacou: Alzira Soriano (1897-1963) foi eleita prefeita no município de Lages, interior do RN, primeira mulher a ocupar o cargo na América do Sul, vencendo conhecido coronel da região, fato que teve repercussão internacional.

Nas primeiras décadas do ano 1900, houve grande destaque das escritoras feministas: Rosalia Coelho Lisboa (1900-1975), que foi educada em sua casa por professores estrangeiros e desde cedo colaborou com revistas literárias defendendo a participação da mulher na política e a igualdade de direitos entre os sexos, conquistou o primeiro lugar no concurso da Academia Brasileira de Letras, com o livro *Rito pagão*; Rosalia foi a primeira mulher a cumprir missão cultural, designada pelo governo brasileiro, em Montevidéo, em 1932.

Merece ser lembrada também Guilka Machado (1893-1980), carioca, que publicou em 1918, o livro *Meu glorioso pecado*, considerado pela imprensa masculina conservadora como uma afronta a moral sexual patriarcal e cristã. Embora estigmatizada e considerada imoral, a obra de Guilka foi responsável pela ruptura dos paradigmas masculinos dominantes e contribuiu muito para emancipação da sexualidade feminina; junto com Leolinda Daltro com quem criou o utópico Partido Republicano Feminino, em 1910, quando a ideia do voto ainda era remota. Também deve ser lembrada a portuguesa, que adotou o Brasil, muito moça, sendo por muitos considerada paranaense, Mariana Coelho (1857-1954, que publicou *A evolução do feminismo: subsídios para a sua história*, em 1933, representando uma grande contribuição para a história intelectual da mulher brasileira, ao fazer uma retrospectiva do feminismo na Europa e no Brasil inaugura um feminismo-pacifista. Foi chamada de “Beauvoir tupiniquim” pela historiadora Zahíde Muzart, lembrando que, de seus textos, conclui-se que a paz só poderá vir pela felicidade de todos.

Imprescindível também falar de Raquel de Queiroz, outro grande nome da literatura, que se colocou à frente de sua época ao entrar em um mundo que era negado às mulheres: literatura, redação de jornais e partidos políticos. A estreia do livro *Quinze*, em 1930, que retrata a intensa seca que marcou o ano de 1915 e de graves questões sociais, provocou tanto impacto que chegaram a duvidar que a autora fosse uma mulher. A personagem feminina do romance exibe traços de emancipação e prefere viver só, pensar por si e não aceitar um casamento tradicional da época. No romance João Miguel, Raquel também traz vários aspectos da condição da mulher – como a falta de perspectivas existenciais, embora nunca tenha admitido ser feminista, inaugurou a representação feminina na Academia Brasileira de Letras.

Neste terceiro período ainda aconteceu, em 1946, a Primeira Exposição do Livro Feminino, no Rio de Janeiro, no Palace Hotel, organizado por Adalzira Bittencourt (1904-1976), advogada, escritora

e feminista, que foi uma incentivadora das mulheres escritoras, incansável na construção da memória feminina. No ano seguinte, Adalzira repetiu o evento em São Paulo, reunindo 560 escritoras e mais de mil livros, com enorme sucesso, onde foram realizadas palestras sobre a mulher na história e na música, sobre o divórcio, sobre o papel da imprensa e a literatura de autoria feminina. (Duarte, 2019).

Depois de tantas lutas, o feminismo brasileiro chega ao quarto momento áureo, o mais exuberante, com início em 1970, período de lutas contra a ditadura e pela redemocratização política de nosso país. Esse processo de redemocratização teve participação decisiva dos movimentos feministas, que dialogaram com o Estado, demonstrando que a consolidação do regime democrático deveria se estender por todas as esferas sociais, incluindo a esfera privada que ocultava percentual alto de violência contra as mulheres (Pasinato, 2010).

É neste quarto momento também, a partir da primeira década de 1970, que os movimentos de mulheres são impulsionados. É realizada a I Conferência Mundial sobre a mulher no México e a Organização das Nações Unidas decreta o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher, marco que instituiu a “Década da Mulher” (1975-1985). Nesse período, intensificou-se, no nosso país, o debate sobre a violência doméstica e familiar em encontros, seminários e congressos de mulheres; foram também instalados os Conselhos Estaduais da Condição Feminina, O Conselho Nacional de Direitos da Mulher e implantados serviços de atendimento às mulheres vítimas; foram criadas as Delegacias de Defesa da Mulher, a partir de 1985, o que ainda hoje é reconhecido como a principal política pública no atendimento das mulheres em situação de violência (Gomes; Tavares; Sardenberg, 2010).

Em 1975, foi fundado o jornal *Brasil Mulher*, no Paraná, em Londrina, que deu voz ao Movimento Feminino pela Anistia e, em 1976, surgiu o periódico *Nós Mulheres*, que se assumiu, com muita rapidez, como feminista. Ambos enfrentaram as questões levantadas pelas bandeiras emancipatórias das mulheres à época, com ênfase também quanto à mortalidade materna, as mulheres na política, o trabalho feminino, o preconceito racial e a mulher nas artes. Em 1981, foi criado pelas feministas ligadas à Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, o periódico *Mulherio*, com muito prestígio junto aos universitários e importância como prova da trajetória da construção da consciência feminina à época, denunciava a violência contra as mulheres, a discriminação racial, tratava ainda da amamentação, do trabalho feminino e da vida das operárias e da periferia das grandes cidades.

Surgiu novamente, então, nesta fase, uma imprensa dirigida pelas mulheres para as mulheres. Uma intelectual importante foi Rose Marie Muraro (1930-2014), que teve uma produção enorme, inclusive com publicações em pleno regime militar; declarou-se feminista muito cedo, sempre pronta ao debate; sua vida foi pautada por atuação coerente, firme e força para difundir suas ideias; Muraro

foi a responsável pela vinda de Betty Friedan, feminista norte-americana e autora do livro *A Mística Feminina*, ao Rio de Janeiro (1971), evento grandioso que movimentou o cenário da luta feminina; em 1975, Muraro fundou junto com outras companheiras, o Centro da Mulher Brasileira, onde importante trabalho de pesquisa sobre a sexualidade da mulher brasileira foi produzido, com grande repercussão para o debate tema e orientação para outras pesquisas (Duarte, 2019).

Na década de 80, importantes mudanças ocorreram no campo jurídico. A articulação entre os vários movimentos de mulheres e os conselhos de direitos, no ano de 1987, possibilitou a sistematização de propostas de proteção às mulheres, que foram divulgadas junto à sociedade civil e aos constituintes por meio da Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte. Devido a esta pressão, 80% das reivindicações das mulheres foram aprovadas. O texto constitucional de 1988 proclamou a igualdade entre os sexos, no inc. I, do art. 5º, ao mesmo tempo que inseriu, no parágrafo 8º, do art. 226, a garantia de assistência do Estado a todos os membros do grupo familiar, através de mecanismos capazes de inibir a violência na esfera de suas relações (COSTA, 2009).

Nosso país, na década de 90, na sua caminhada pelo enfrentamento à violência contra a mulher, participou e foi signatário de Conferências da Onu realizadas em Viena (1993), Cairo (1994) e Beijing (1995), bem como da Conferência Mundial dos Direitos Humanos que aconteceu em Viena (1993) e da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1994) entre outras.

Em 1995, nova batalha da luta dos movimentos feministas e de mulheres contra a violência teve início: fazer com que essa violência não fosse considerada pela lei como de menor potencial ofensivo. O critério para considerar as agressões praticadas contra as mulheres como de menor potencial ofensivo era a pena máxima que a lei fixa ao crime correspondente à agressão, não se levava em conta as particularidades das relações de gênero presente nos conflitos e o caráter cíclico que caracteriza a violência contra a mulher (QUEIROZ, 2008), o que, por si só, já demonstra que esta agressão está longe de ser menor potencial ofensivo, ao contrário tem grande potencial ofensivo, pois não só as vítimas são afetadas, mas toda a família, principalmente os filhos, e a sociedade em geral (Cavalcanti, 2012).

Estudos e pesquisas contribuíram para a constatação de que a agilidade e celeridade, característica dos Juizados Especiais Criminais, contribuía para a invisibilidade da violência doméstica também no âmbito do Poder Judiciário e para que as mulheres não o reconhecessem como um espaço onde elas pudessem narrar as suas histórias de agressões (Cruz; Silveira; Pasini, 2008). Por decisão da Suprema Corte, os Juizados Especiais Criminais não são mais competentes para conhecer e julgar os

delitos que envolvem violência doméstica, ou seja, estes delitos não são mais considerados de menor potencial ofensivo.

Em 1998, mais uma batalha começou terminando com uma vitória que marcou o cenário jurídico nacional relativamente à violência familiar. O Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL-Brasil) e o Comitê Latino Americano do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM-Brasil), juntamente com a vítima de tentativa de homicídio (à época, hoje feminicídio) Maria da Penha Maia Fernandes, encaminharam à Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH) – órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma petição contra o Estado Brasileiro, relativa ao caso de violência doméstica sofrido pela vítima em questão.

Quando o caso foi apresentado à CIDH/OEA, já haviam passados 15 anos das tentativas de feminicídios e não havia ainda uma decisão da justiça nacional e o agressor estava em liberdade. Em 2001, a OEA, responsabilizou o Estado Brasileiro por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres brasileiras, recomendando providências administrativas, legislativas e judiciais correspondentes. Em razão das medidas adotadas, o marido/agressor foi condenado e preso pouco antes que a pena prescrevesse, o que o deixaria impune se ocorresse (Coutinho, 2011).

Em 2002, na continuação da luta das mulheres, ocorreu a Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras, com a articulação de 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, Comitês, Organizações, Conselhos, Assessorias Jurídicas e ONG's trabalharam mobilizados para a apresentação ao Congresso Nacional de um projeto de lei de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, o que ocorreu em novembro de 2004 (Gomes; Tavares; Sardenberg, 2010). Em 08 de agosto de 2006, foi publicada no DOU, a Lei nº 11.340 – conhecida como Lei Maria da Penha, que introduziu um novo paradigma no cenário jurídico nacional ao definir a violência doméstica e familiar contra as mulheres como uma violência que se baseia no gênero e como uma das formas de violação dos direitos humanos (Arruda, 2009).

Importante reafirmar que, embora a conjuntura histórica do Brasil, neste quarto movimento do feminismo, tenha imposto às mulheres que se posicionassem contra a ditadura militar pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida – por uma vida sem violência, em especial, a vida doméstica, que historicamente é mantida oculta no âmbito privado das famílias, elas também debateram muito sobre a sexualidade e seus desdobramentos: o direito ao prazer e ao aborto, o planejamento familiar e o controle da natalidade. Esse movimento passou a ser pensado no âmbito das políticas públicas cuja possibilidade da desvinculação de sexo e maternidade, em razão da

tecnologia anticoncepcional, possibilitou que as mulheres se igualassem mais aos homens, tornando o mote “o corpo é nosso” uma realidade mais próxima a elas.

A luta das mulheres foi, historicamente, marcada por uma avalanche de exclusão, dificuldades e desafios. Importante revisitar a trajetória de lutas e desafios do feminismo, desde o seu início, para compreender que essa luta está longe do seu fim. Os tópicos que seguem, transcorrem deste histórico e buscam afirmar o espaço-tempo, ou seja, o lugar do feminismo, dos feminismos, sobretudo dos lugares de fala de mulheres em movimento e luta.

3 O FEMINISMO NO ESPAÇO-TEMPO NEOLIBERAL: HISTORICIZAR PARA DENUNCIAR

[O capital] Afogou os sagrados calafrios do êxtase devoto, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pegueno-burguesa, nas águas gélidas do cálculo egoísta. Dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca e substituiu as inúmeras liberdades conquistadas e garantidas por uma única: a inescrupulosa liberdade de comércio. Em resumo, a burguesia trocou a exploração envolta em ilusões religiosas e políticas pela exploração pura e simples, aberta, desavergonhada e direta. (Karl Marx).

Não se pode abordar o feminismo sem situá-lo em seu contexto histórico e político, uma vez que suas lutas e conquistas estão intrinsecamente ligadas às transformações sociais, econômicas e culturais de cada época. Atualmente, vivemos um momento de profunda regressão de direitos, marcado pela ascensão de governos e lideranças de extrema-direita que adotam posturas alinhadas aos princípios do neoliberalismo. No Brasil, a gestão de Jair Bolsonaro; na Argentina, a eleição de Javier Milei; e nos Estados Unidos, a reeleição de Donald Trump, são exemplos emblemáticos dessa “tendência” global. Esses líderes compartilham uma visão política que não apenas reforça as desigualdades estruturais, mas também ataca diretamente os avanços conquistados pelos movimentos feministas e por outras minorias sociais.

A conexão entre esses governos de extrema-direita e o sistema neoliberal reside na adesão a uma agenda que prioriza a desregulamentação do Estado, a mercantilização de direitos sociais e a naturalização das desigualdades. O neoliberalismo, enquanto racionalidade política e econômica, não se limita à esfera do mercado; ele se estende às relações sociais, moldando comportamentos, valores e instituições. Nesse contexto, as políticas de extrema-direita encontram no neoliberalismo um terreno fértil para justificar a precarização dos serviços públicos, o enfraquecimento das políticas de proteção social e a criminalização dos movimentos sociais, incluindo o feminismo.

A regressão de direitos observada nesses contextos políticos não é um fenômeno isolado, mas parte de um projeto maior que busca reafirmar hierarquias de gênero, raça e classe. O feminismo, como movimento que historicamente desafia essas estruturas de poder, torna-se um alvo prioritário para

governos que buscam consolidar uma ordem social conservadora e excludente. A retórica antigênero, a defesa da "família tradicional" e o ataque aos direitos reprodutivos das mulheres são estratégias utilizadas por esses líderes para mobilizar bases eleitorais e legitimar suas agendas regressivas.

No Brasil, por exemplo, o governo Bolsonaro promoveu um desmonte sistemático das políticas públicas voltadas para as mulheres, incluindo a redução de recursos para o enfrentamento da violência doméstica e contribuiu para a diminuição de mecanismos de participação social. Na Argentina, a eleição de Milei, com seu discurso libertário e antiestatista, representa uma ameaça aos avanços conquistados pelos movimentos feministas, como a legalização do aborto. Nos Estados Unidos, a reeleição de Trump fortaleceu uma agenda conservadora que busca restringir o acesso aos direitos reprodutivos e criminalizar a luta por igualdade de gênero.

Por isso é importante retomar que o neoliberalismo, enquanto racionalidade econômica e política, é uma construção teórica de economistas conservadores e grupos empresariais que visam instrumentalizar o Estado em favor da lógica de mercado (Dardot e Laval, 2016). Essa construção teórica, que se apresenta como uma resposta às crises do liberalismo clássico, esconde, sob o discurso da neutralidade e da eficiência, uma série de mecanismos de dominação e exclusão. Nesse contexto, a crítica feminista ao neoliberalismo emerge como uma ferramenta essencial para desvelar as formas como essa racionalidade econômica reforça e aprofunda as desigualdades de gênero, especialmente em relação à precarização do trabalho, à mercantilização dos corpos e à marginalização das mulheres nos espaços públicos e privados.

Harvey (2008) ressalta que os ideais de liberdade individual e dignidade humana, centrais no discurso neoliberal, são sedutores e convincentes, mas servem para justificar a expansão da lógica do capital a todas as esferas da vida. No entanto, essa expansão não é neutra: ela reforça a divisão sexual do trabalho, a exploração do trabalho dos corpos femininos. A pandemia conduzida sob a égide neoliberal ampliou as evidências de que a lógica de mercado não apenas explora as mulheres, mas também as coloca em posições de vulnerabilidade, especialmente em contextos de crise econômica e social, uma vez que no contexto pandêmico foram elas desproporcionalmente afetadas pela sobrecarga de cuidados, pelo desemprego e pela violência doméstica.

Lippmann (*apud* Dardot e Laval, 2016, p. 96) argumenta que o neoliberalismo é, antes de tudo, uma questão de adaptação, em que os indivíduos devem ser ensinados a viver sob uma nova constituição de Estado, alinhada com a lógica do mercado. Essa adaptação, no entanto, por não ser neutra necessita de mecanismos pedagógicos para conduzir à sociedade a certos tipos de condutas e normalizações. Dardot e Laval (2016) ressaltam que o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou uma política econômica, mas um sistema normativo que estende a lógica do capital a todas as relações

sociais e a todas as esferas da vida: é uma pedagogia. Uma educação a serviço da lógica neoliberal incessantemente reforça os papéis de gênero tradicionais, preparando as mulheres para ocuparem posições subalternas no mercado de trabalho e na sociedade. Além disso, a mercantilização da educação e a redução do Estado na provisão de serviços públicos também as afetam desproporcionalmente, já que são as principais responsáveis pelo cuidado familiar e o do comunitário.

A educação, enquanto elemento fundamental para a transformação das estruturas sociais vigentes, desempenha um papel crucial na formação de sujeitos críticos, conectados à sua realidade e capacitados para refletir, debater e aprimorá-la. É justamente essa capacidade de promover consciência crítica e emancipação que a torna uma ferramenta potencialmente disruptiva, ameaçadora para aqueles que buscam distorcê-la e reduzi-la a um mero instrumento de reprodução de um modelo bancário de ensino que normaliza as desigualdades sociais e de gênero. Nessa perspectiva, a educação é transformada em um mecanismo de formação de indivíduos adaptados ao sistema vigente, em vez de capacitá-los para questioná-lo e transformá-lo.

Justamente para dificultar esse enfrentamento que o sistema neoliberal se utiliza de mecanismos para tentar negar a sua existência, elaborando discursos de “ordem natural da evolução humana”. Brown (2019) argumenta que o neoliberalismo visa negar sua própria existência para manter seu poder. A plasticidade do termo, ressaltada por Brown, é pertinente para entender as estratégias que essa racionalidade utiliza para se apresentar como neutra e inevitável.

Portanto, o neoliberalismo, enquanto racionalidade econômica e política, só foi possível a partir de uma construção teórica e normativa respaldada pelo Estado. Foucault (2019) descreve o neoliberalismo como uma forma de governamentalidade que estende a lógica do mercado a todas as esferas da vida. Essa racionalidade reforça e aprofunda as desigualdades de gênero, racial e de classe. A lógica neoliberal, ao priorizar o lucro e a eficiência, frequentemente negligencia as necessidades e os direitos das mulheres, reforçando estruturas de opressão. A superação do neoliberalismo, portanto, requer não apenas uma transformação econômica, mas também uma reconfiguração que necessita de uma mudança nas relações de gênero e nas estruturas de poder que perpetuam a opressão dos corpos femininos.

A pandemia de COVID-19, como já mencionada, evidenciou como as mulheres foram desproporcionalmente afetadas pela precarização do trabalho, pela sobrecarga de cuidados e pela violência doméstica. Essa conjuntura exige uma reflexão crítica sobre os desafios enfrentados pelo feminismo no contexto neoliberal e de ascensão da extrema-direita. A luta por direitos não pode ser dissociada da resistência ao projeto político e econômico que sustenta essas regressões. O feminismo, em sua pluralidade e interseccionalidade, deve continuar a denunciar as contradições do neoliberalismo

e a construir alternativas que promovam a justiça social, a igualdade de gênero e a emancipação de todas as formas de opressão. A historicização do feminismo é um exercício necessário para compreender os desafios do presente e fortalecer as lutas por um futuro mais justo e menos desigual.

4 A TEMÁTICA DO FEMINISMO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

É dentro da família e dentro da escola que serão formados homens e mulheres igualitários. A escola, apesar de seus problemas e dificuldades, é o lugar primordial para esta mudança (Colling, 2004).

Contrariando essa educação a serviço da lógica neoliberal, no contexto da educação formal escolar, da educação infantil à pós-graduação, é preciso que a temática esteja latente e que transpasse o currículo na sua práxis. É preciso, pois, que se dialogue cada vez mais e com maior responsabilidade e conhecimento nas nossas escolas e universidades. É sabido que os feminismos cumprem papel importante e imprescindível na sociedade contemporânea, especialmente por pautar a dignidade humana das mulheres, sempre tão fragilizada em decorrência histórica do patriarcado, do machismo e do próprio sistema neoliberal capitalista.

É com essa premissa que afirmamos necessário haver diálogo constante sobre os feminismos nas escolas e nas universidades, e também ações cotidianas – tarefa urgentíssima – em defesa da dignidade humana das mulheres, na perspectiva das condições de igualdade, visibilizando as lutas históricas e garantindo que as conquistas prevaleçam.

Se entendemos que é necessário modificar a cultura em relação ao que pensamos sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres no Ocidente, dois lugares de mudança de mentalidades são fundamentais: o lar, no qual meninos e meninas recebem as primeiras noções do que é ser homem e o que é ser mulher e o papel que cabe a cada um na sociedade, e a escola, em que as questões de gênero são muito mais profundas (Colling, 2004, p. 5).

Dialogar sobre e com as relações de gênero nos permite entender as próprias relações sociais e culturais de uma maneira mais ampla e respeitosa. Encarar a história como uma construção humana, onde os sujeitos masculinos e femininos estão carregados de relações de poder cujos femininos são secularmente subjugados e desvalorizados. Vale ressaltar que na educação formal a problemática de gênero, considerando homens e mulheres, não se reduz às questões de acesso, permanência e êxito ao ensino e a aprendizagem escolares.

Historicamente a desigualdade entre os sexos (homens e mulheres) foi marcada por discursos considerados como verdadeiros mediante as relações de poder e de saber¹, sempre foi aceita, sem indagações, pela família e pela escola, lugares por excelência da demarcação sexual. É, porém, na escola e na universidade, contudo, que poderá ser construída a equidade de gênero e relações sociais e culturais mais igualitárias, menos patriarcais e machistas.

É sabido que, a desigualdade de gênero é histórica, pois a tríplice ancestralidade, greco-judaico-cristã, constitui a sociedade machista ao extremo, ou seja, “[...] não somos machistas por acaso. Fomos feitos assim. É provável que reconhecer como se deu/dá/dará nossa formação, poderemos também alterar trajetórias” (Chassot, 2019, p. 86-87). Para isso é devemos pautar debates em sala de aula. O essencial é encorajar a conversa sobre o tema sempre que possível, diariamente, para além dos temas transversais ou das datas comemorativas, como o dia das mães e o dia das mulheres, comumente festejados com requintes estéticos e pouca ética.

Não negamos, obviamente a estética das comemorações, no entanto, é preciso assegurar uma formação estética e ético-política, no sentido da concretude dos direitos das mulheres perante a sociedade, cujas bases devem se fortalecer da unidade conceitual mencionada, na perspectiva de superar a “imposição às mulheres de uma situação de subalternidade, que determinava um natural distanciamento do conhecimento” (Chassot, 2019, p. 100). Hoje, graças aos longos anos de árduas lutas das mulheres, vivenciamos uma realidade ligeiramente melhorada, onde a participação das mesmas nos mais diversos setores e atividades sociais e culturais é cada vez mais frequente.

Das tantas lutas empreendidas, muitos direitos têm sido conquistados. É preciso, no entanto, que a luta não cesse, pois dela depende a manutenção cotidiana dos direitos adquiridos, “e a crença de que a escola é um lugar de mudanças onde pode se iniciar uma nova cultura de respeito entre homens e mulheres” é primordial (Colling, 2004, p. 6). Desse modo, é premente pensar os espaços-lugares e os tempos dos feminismos na educação formal, para além das disputas e dos desafios contextuais sistêmicos, neoliberais e capitalistas, tão avassaladores e excludentes nesta “idade da globalização²”.

É necessário considerar como esses fatores impactam a inclusão e a equidade na educação, além de promover uma análise crítica sobre as estruturas existentes. A escola e a universidade, e também, desde 2008, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) são lugares de vivências experienciais significativas. São lugares de posicionamento, sobretudo, de fala. São, portanto, lugares imprescindíveis para a construção e para o desenvolvimento de novos pensamentos,

¹ Ver CHASSOT, A. **A ciência é masculina?** É, sim senhora! 9. ed. São Leopoldo/RS: Ed. UNISINOS, 2019: “Não só a ciência, mas (quase) toda a produção intelectual é predominantemente masculina” (p. 57).

² Ver DUSSEL, Henrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

de novas posturas e de identidades outras. São lugares histórico-contemporâneos de luta incessante por direitos e garantia dos mesmos:

Trabalhar com a história das mulheres exige que nós a entendamos como uma bem arquitetada invenção – política, social, cultural. As mulheres, e também os homens, são simplesmente um efeito de práticas discursivas e não discursivas. Reconhecer, portanto, os discursos e as práticas que nomearam as mulheres, o lugar social, as tarefas, as atribuições, e também a subjetividade feminina, é uma tarefa primeira (Colling, 2004, p. 29).

Assim, consideramos a escola como um espaço de convivência, para além do ensino e da aprendizagem da Ciência. A escola não é apenas um local de aquisição de conhecimento acadêmico, mas também um ambiente onde se desenvolvem habilidades sociais essenciais, como cooperação, empatia e respeito. Se por um lado as diversidades entre os estudantes enriquecem o ambiente escolar, por outro, traz desafios que precisam ser enfrentados coletivamente. A socialização mais igualitária, com proposições de igualdade de gênero são fundamentais para a manutenção dos direitos das mulheres. A negociação de convívio, a construção de regras e a promoção da tolerância são fundamentais para garantir que todos se sintam seguros e valorizados.

Além disso, a inserção de questões contemporâneas, como desigualdade, identidade e tecnologia, dentro do contexto escolar, exige que educadores e estudantes se mobilizem para discutir e entender essas realidades. Isso não apenas prepara os estudantes para o mundo fora da escola, mas também os capacita a serem cidadãos mais conscientes e ativos em suas comunidades. As temáticas em torno das diversidades, especialmente das relações de gênero, possibilitam a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor e é, portanto, uma responsabilidade compartilhada que pode produzir com certeza o futuro da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES: ANÚNCIOS E PERSPECTIVAS PARA O(S) FEMINISMO(S)

O reconhecimento da história das mulheres como uma construção elaborada envolve uma análise crítica das diversas narrativas e discursos que moldaram sua identidade e papel na sociedade. Essa perspectiva nos leva a entender que as mulheres não são apenas receptáculos passivos de definições, mas agentes ativos que influenciam e são influenciadas por contextos políticos, sociais e culturais. Esses discursos incluem não apenas os que foram proferidos em esferas públicas, como na política e na literatura, mas também aqueles que se manifestam nas relações cotidianas e nas práticas sociais. A forma como as mulheres foram nomeadas e categorizadas ao longo da história revela muito sobre os valores e as normas de cada época.

Além disso, a análise das tarefas e atribuições que historicamente foram atribuídas às mulheres, assim como a construção da subjetividade feminina, é essencial para entender as dinâmicas de poder e opressão que ainda persistem. Essa tarefa de desconstrução e reconhecimento é fundamental para promover uma maior equidade de gênero e para dar voz às vivências experienciais e históricas, que muitas vezes foram silenciadas. Portanto, trabalhar com a história das mulheres é mais do que um resgate do passado; é uma busca por justiça social e uma reflexão contínua sobre como as narrativas podem ser reescritas para incluir as múltiplas vozes que compõem a experiência humana.

A ideia de que as mulheres precisam criar e exaltar sua própria língua é fundamental, pois a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também uma forma de afirmar a identidade e as experiências vividas. Ao ser questionado sobre a sociolinguística e as relações entre a língua e a sociedade, bem como estudos sobre o papel desempenhado pela linguagem na promoção e manutenção das diferenças entre os sexos, variações linguísticas que podem ser utilizadas como forças antagônicas que desafiam posições de privilégios ocasionados pela língua padrão, Freire (2011, p. 220), em defesa consciente e em luta pela libertação dos oprimidos, exemplifica afirmando que a reflexão destaca a importância da linguagem como um veículo de identidade e de expressão na luta pela igualdade de gênero, respeito e libertação das mulheres:

[...] compartilho totalmente a magnífica luta das mulheres, muito embora não possa entrar nessa luta. Embora sendo homem, posso sentir-me como mulher e não temo dizer isso. Mas a libertação das mulheres é a luta delas. Elas precisam criar sua própria língua. Têm de exaltar as características femininas de sua língua, apesar de terem sido socializadas para dissimulá-la e para encará-la como fraca e indecisa. No processo de sua luta, têm que usar sua própria língua, e não a língua dos homens. Creio que essas variações de língua (língua feminina, língua étnica, dialetos) estão intimamente interligados com a identidade, coincidem com ela e são sua expressão. Ajudam a preservar o senso de identidade e são absolutamente necessárias no processo de luta pela libertação.

Ao enfatizar as características femininas da linguagem, reconhece-se que, historicamente, as mulheres foram socializadas em um contexto que frequentemente desvalorizava suas vozes e expressões. Portanto, a apropriação da linguagem, que reflete suas realidades e lutas, torna-se um ato de resistência e afirmação. Essa busca por uma "língua feminina" não se limita apenas ao gênero, mas se entrelaça com outras dimensões identitárias, como etnia e classe; daí a importância dos Feminismos, escrito e pensado no plural, numa perspectiva de celebrar a diversidade em todas as suas formas, mas, também, demarcar respeito às diferenças das mulheres de diferentes origens, idades, níveis de educação e situações socioeconômicas. É a crença a essa diversidade que fortalece, enriquece debates e inspira a criar soluções e caminhos cada vez mais inclusivos.

Além disso, a menção às variações linguísticas, como dialetos e línguas étnicas, ressalta a diversidade e a riqueza cultural que existem dentro das lutas sociais. Cada uma dessas expressões linguísticas pode servir como um símbolo de resistência e de afirmação identitária, fortalecendo a comunidade e promovendo um senso de pertencimento. Portanto, a luta pela libertação das mulheres deve incluir a valorização e a promoção de suas vozes e linguagens. Essa abordagem não apenas enriquece o discurso feminista, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, na qual todas as identidades sejam respeitadas e celebradas.

Embora o sistema neoliberal insista em destruir com a diferença, instituindo políticas de sufocamento da diversidade e da pluralidade de identidades, a luta dos movimentos feministas continuam sendo lutas pelo direito de contestação do sistema, para que tenhamos espaços igualitários e libertários. A nossa força está precisamente no esperar por uma nova razão de mundo, por um inédito “urgentemente” viável.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, André (Org.). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e Legislação Correlata. Rio de Janeiro: Roma Victor Editora, 2009.
- BROWN, Wendy. Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- CHASSOT, A. A ciência é masculina? É, sim senhora! 9. ed. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2019.
- COLLING, Ana Maria. Gênero e história. Um diálogo possível? In: Gênero e Educação: Um Diálogo Necessário. Revista Contexto & Educação. v. 19 n. 71-72 (2004). Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/issue/view/80>. Acesso em: 13 fev. 2025. pp: 5-8; 29-46.
- COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: MELO, Hildete Pereira de. et al. (Orgs.). Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2009.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Constância L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, B. de (Org.). Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- EGGERT, E.; PACHECO, Joice, O. Maria Lacerda de Moura e a educação libertária para mulheres. In: STRECK, Danilo R. (Org.). Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2010.
- FLORESTA, Nisia. Opúsculo humanitário. São Paulo: Cortez, 1989.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2019.
- FREIRE, Paulo.; MACEDO, Donald. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GOMES, Q. de Carvalho; TAVARES, Márcia Santana; SARDENBERG, Cecília M. B. A aplicação da lei Maria da Penha em foco. Caderno do Observe, nº 1, Bahia/UFBA, 2010.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila.; SILVA, Michelle Moraes de Sá e.; LEOPOLDI, Maria Antonieta. Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022). Brasília: IPEA/INCT/PPED, 2023.
- HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- MARTÍ, José. Educação em nossa América. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

PASINATO, Wânia. Juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher e a rede de serviços para atendimento de mulheres em situação de violência em Cuiabá, Mato Grosso. Caderno do Observe, nº 2, Bahia/UFBA, 2010.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró: UERN, 2008.

ROSA, Graziela R. da. Nísia Floresta e a reforma da educação no Brasil em busca da equidade de gênero. In: STRECK, Danilo R. (Org.). Fontes da pedagogia latino-americana: uma antologia. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.